



Parecer de Adendo

Introdução

Em 20/11/2020 o empreendimento COPASA, filial Funilândia/MG, obteve o certificado de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) nº 4100/2020 para a realização da atividade enquadrada na Deliberação Normativa (DN) Copam 217/2017 como Estação de tratamento de esgoto sanitário (código E-03-06-9), com vazão média prevista de 10,23 l/s.

Em 21/12/2020 o empreendedor solicitou, via documento SEI 23477276, a dilação de prazo para o cumprimento das condicionantes nº 02 e nº 03, além da exclusão das condicionantes nº 04 e nº 05 do anexo I do Parecer nº 35/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA/2020, que subsidiou a concessão do certificado de LAS nº 4100/2020.

Discussão

Com relação à solicitação de prorrogação de prazo para o cumprimento das condicionantes nº 02 e nº 03, tem-se a seguinte situação:

Tabela 1: Condicionantes com pedido de prorrogação de prazo de cumprimento.

Item	Descrição	Prazo Parecer	Prazo solicitado
2	Apresentar estudo de prospecção espeleológica da área diretamente afetada do empreendimento e do seu entorno de 250 metros, com a Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável pelo estudo.	60 dias	120 dias
3	Nos taludes internos do empreendimento, com déficit de vegetação (grama), realizar incremento com grama em placas. Apresentar relatório técnico fotográfico de execução.	90 dias	180 dias

Segundo o empreendedor, a necessidade de prorrogação de prazo para a condicionante de nº 2 se deve ao fato de o prazo estipulado inicialmente, 60 dias, não ser suficiente para a contratação e elaboração do estudo de prospecção espeleológica e assim a empresa requer o prazo de 120 dias para a apresentação do referido estudo.

No que se refere à condicionante de nº 3, segundo o empreendedor, a dilação do prazo se faz necessária para que a equipe operacional tenha tempo suficiente para adaptação das adequações necessárias, principalmente para compra e plantio da grama nos taludes.

Com relação à exclusão das condicionantes nº 04 e nº 05, tem-se a seguinte situação:



Tabela 2: Condicionantes com pedido de exclusão.

Item	Descrição	Prazo Parecer
4	Realizar o armazenamento temporário dos resíduos sólidos domésticos em separado dos resíduos sólidos oriundos do processo de tratamento de esgoto. Implantar coleta seletiva dos resíduos sólidos domésticos e dar a correta destinação para cada tipo de resíduo gerado, conforme ANEXO II. Apresentar relatório fotográfico do local de armazenamento temporário implantado para a coleta seletiva dos tipos de resíduos sólidos domésticos gerados.	30 dias
5	Adequar o local de armazenamento temporário dos resíduos sólidos oriundos do processo de tratamento do esgoto (caçambas). O local de armazenamento temporário deverá ser coberto e impermeabilizado. Dar a correta destinação final aos resíduos, conforme ANEXO II. Apresentar relatório fotográfico evidenciando a adequação do local de armazenamento temporário desses resíduos.	90 dias

Com relação à condicionante de nº 4, o empreendedor alegou que sua exclusão é necessária tendo em vista que a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) gera uma quantidade muito baixa de resíduos de características domiciliares (sanitários, refeitórios, etc) e que estes são descartados na caçamba e destinados ao aterro sanitário juntamente com os resíduos da ETE. Também foi informado que o município de Funilândia não oferece o serviço de coleta seletiva. O empreendimento informou ainda que tentou viabilizar a entrega dos resíduos recicláveis em alguma associação, mas não encontrou nenhuma no município.

Quanto ao pedido de exclusão da condicionante de nº 5, o empreendedor declarou que o local de armazenamento temporário dos resíduos sólidos provenientes do processo de tratamento do esgoto (em caçambas) já está adequadamente implantado. Segundo o empreendedor, a caçamba que recebe o lodo desidratado está posicionada em local impermeabilizado, com sistema de drenagem que coleta o líquido percolado da caçamba e encaminha para o tratamento preliminar. A caçamba permanece devidamente coberta com lona presa em toda sua borda, promovendo sua vedação, evitando assim a emissão de odores, atração de insetos e entrada de chuva.



Controle Processual

O presente parecer visa analisar o pedido do empreendedor de prorrogação de prazo das condicionantes de nº 02 e 03 e a exclusão das condicionantes nº 04 e 05, todas estabelecidas por meio do Parecer nº 35/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA/2020, que subsidiou a concessão do certificado de LAS nº 4100/2020. Ressalta-se que a Licença em referência foi concedida em 20/11/2020, com prazo de validade de 10 (dez) anos.

A possibilidade de se promover a alteração de condicionantes em processos de licenciamento ambiental, por iniciativa do empreendedor, é prevista pela Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017, a saber:

Art. 29 – Em razão de fato superveniente ou no caso de impossibilidade técnica de cumprimento de medida condicionante estabelecida no processo de licenciamento ambiental, o empreendedor poderá requerer a exclusão da medida, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração do conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo de cumprimento estabelecido na respectiva condicionante. (grifo nosso)

O tema é igualmente disciplinado pelo Decreto Estadual nº 47.383/2018. Vejamos o que versa o referido regulamento:

Art. 29 – Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante.

Parágrafo único – A prorrogação do prazo para o cumprimento da condicionante e a alteração de seu conteúdo serão decididas pela unidade responsável pela análise do licenciamento ambiental, desde que tal alteração não modifique o seu objeto, sendo a exclusão de condicionante decidida pelo órgão ou autoridade responsável pela concessão da licença, nos termos do disposto nos arts. 3º, 4º e 5º.

Art. 31 – A contagem do prazo para cumprimento das condicionantes se iniciará a partir da data de publicação da licença ambiental.

No que se refere à tempestividade, verifica-se que o artigo 27 do Decreto Estadual nº 47.383/2018 dispõe que a alteração poderá ser requerida pelo empreendedor “**até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante**”.

Cumprido destacar que o Certificado de Licença nº 4100/2020 foi publicado no IOF no dia 21 de novembro de 2020 (sábado). Considerando o disposto no art. 59, §1º da Lei Estadual nº 14.184/2002, considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte ao do vencimento se este cair em dia em que não houver expediente na repartição ou em que for ele encerrado antes do horário normal. Portanto, **considera-se como data de publicação da concessão da licença o dia 23 de novembro de 2019 (segunda-feira).**

Assim, no que tange à tempestividade do pleito, procedeu-se à seguinte análise:



Tabela 3: Tempestividade.

Condicionantes	Prazo	Vencimento	Protocolo da Solicitação	Tempestividade
02	60 (sessenta) dias	21/01/2021	21/12/2020	Tempestivo
03	60 (sessenta) dias	21/01/2021	21/12/2020	Tempestivo
04	30 (trinta) dias	22/12/2020	21/12/2020	Tempestivo
05	90 (noventa) dias	20/02/2021	21/12/2020	Tempestivo

Desse modo, verifica-se que os pedidos de alteração foram pleiteados tempestivamente.

A equipe da Unidade Regional de Regularização Ambiental – URRÁ CM, pelas razões exaradas neste parecer, decidiu pelo deferimento das alterações propostas pelo empreendedor nas condicionantes nº 02 e 03 e da exclusão das condicionantes nº 04 e 05.

Diante dos argumentos expostos, a CCP CM acompanha a equipe técnica nos termos deste parecer, sugerindo as alterações aprovadas conforme indicado neste parecer.

Conclusão

Considerando as justificativas apresentadas pelo empreendedor, a URA CM está de acordo com as solicitações, deferindo a prorrogação de prazo para apresentação das condicionantes nº 2 e nº 3 e a exclusão das condicionantes nº 4 e nº 5. As demais condicionantes estipuladas no anexo I do Parecer nº 35/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA/2020 permanecem inalteradas.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

**Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana -
Coordenação de Análise Técnica**

Parecer nº 28/FEAM/URA CM - CAT/2024

PROCESSO Nº 1370.01.0058911/2020-88

Parecer de Adendo Processo nº 4100/2020

Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 78029964

Processo SLA: 4100/2020

SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento

EMPREENDEDOR:

Companhia de Saneamento de Minas
Gerais - COPASA

CPF/CNPJ:

17.281.106/0494-63

EMPREENDIMENTO:

Companhia de Saneamento de Minas
Gerais - COPASA

CPF/CNPJ:

17.281.106/0494-63

MUNICÍPIO:

Funilândia/MG

ZONA:

Rural

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:

- Conforme caracterização no SLA, o empreendimento foi enquadrado como LAS/RAS classe 2, fator locacional resultante 0, tendo em vista a obtenção de AAF em momento anterior.

CÓDIGO:

**ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO
(DN COPAM 217/17):**

CLASSE:

**CRITÉRIO
LOCACIONAL**

E-03-06-9

Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário

2

0

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:

REGISTRO/ART:

Patrícia Rezende de Castro Piraua (responsável pela
operação e gerenciamento dos aspectos ambientais)

Luana Pedrosa Pinto - Bióloga (RAS)

CNPJ nº 17.281.106/0494-63

ART nº 14201900000005727106

ART ° 2018/05569

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

Marcos Vinicius Martins Ferreira Gestor Ambiental - URA CM	1.269.800-7
Luisa Cristina Fonseca Gestora Ambiental - CCP - CM	1.403.444-1
De acordo: Angélica Aparecida Sezini Coordenadora de Controle Processual - URA CM	1.021.314-8



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Martins Ferreira, Servidor(a) Público(a)**, em 04/03/2024, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angelica Aparecida Sezini, Coordenadora**, em 07/03/2024, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **83253797** e o código CRC **251B2116**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

**Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana -
Coordenação de Análise Técnica**

Decisão FEAM/URA CM - CAT nº. 01/2024

Belo Horizonte, 04 de março de 2024.

Referência: Processo nº 4100/2020

Belo Horizonte, 04 de março de 2024.

FOLHA DE ROSTO DE DECISÃO

**DECISÃO DA CHEFE DA UNIDADE REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL
CENTRAL METROPOLITANA**

EMPREENDEDOR/EMPRENDIMENTO: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	
PROCESSO Nº: 4100/2020	CLASSE: 2
CODIGO DA ATIVIDADE: E-03-06-9	MUNICÍPIO: Funilândia/MG

LICENÇA: () LP () LP+LI () LI () LIC () LO () LI+LO () LP+LI+LO

() LOC () LOP () REVLO () AMPLIAÇÃO (x) LAS

(x) **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES** VALIDADE: 20/11/2030

() **CONCEDIDA SEM CONDICIONANTES** VALIDADE: ____/____/20__

☐ INDEFERIDA

☐ ARQUIVAMENTO

☒ ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE

☒ DEFERIDA ☐ INDEFERIDA

☐ PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTE

☐ DEFERIDA ☐ INDEFERIDA

☐ PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DA LICENÇA

☐ DEFERIDA ☐ INDEFERIDA - VALIDADE: ____/____/20__

Observação:

Mateus Romão Oliveira

MASP 1.363.846-5

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Romao Oliveira, Chefe Regional**, em 07/03/2024, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **83260093** e o código CRC **3D1AB679**.

Referência: Processo nº 1370.01.0058911/2020-88

SEI nº 83260093



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fundação Estadual do Meio Ambiente

**Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana -
Núcleo de Apoio Operacional**

Ofício FEAM/URA CM - CAF NAO nº. 99/2024

Belo Horizonte, 08 de março de 2024.

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA

Ao Senhor

Alessandro de Oliveira Palhares

Rua Mar de Espanha, 525, Santo Antônio

CEP: 30330-270 – Belo Horizonte/MG

Assunto: **Ofício alteração das condicionantes.**

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1370.01.0058911/2020-88].

Senhor empreendedor,

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana comunica que foi deferida a prorrogação de prazo para apresentação das condicionantes nº 2 e nº 3 e a exclusão das condicionantes nº 4 e nº 5, referente ao Processo SLA nº 4100/2020 do empreendimento Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, conforme adendo ao parecer único nº 35/2020 em anexo.

Ressalta-se que as demais condicionantes estipuladas no anexo I do Parecer nº 35/SEMAD/SUPRAM NORTEDRRA/2020 permanecem inalteradas.

Atenciosamente,

Mateus Romão Oliveira

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Romao Oliveira, Chefe Regional**, em 08/03/2024, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **83653242** e o código CRC **3D8D3CE0**.